

Resenha do livro:

Löwy, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1994

Resenha por Ivo Zanella

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR**

A presente obra trata de ideologia, isto é, do maior problema com que se defrontam os autores que se dedicam às questões da sociologia do conhecimento.

O autor, Michel Löwy começa por examinar, pacientemente, os esforços de autores como Condorcet, iluminista, o socialista utópico Saint-Simon, o filósofo Augusto Comte e o sociólogo Émile Durkheim no sentido de explicar as relações entre a busca do conhecimento e a defesa de interesses particulares, entre os seres humanos. Depois, o autor analisa algumas características das diversas linhas de pensamento adotadas em relação à ideologia por Karl Popper, por Max Weber, por Karl Mannheim e pelos representantes do Stalinismo.

Para Michael Löwy, todos estes teóricos são fundamentalmente positivistas: eles tentam fundar a sociologia do conhecimento sobre fatos e dados, pretendem lidar com realidades humanas com a mesma isenção e a mesma objetividade com que observariam coisas, ou então se dispõem a exorcizar os juízos de valor no exame de questões em face das quais nunca podemos ser neutros. Michael compara os artifícios usados pelos positivistas para saírem dos impasses teóricos em que se vêem com o expediente a que recorreu o protagonista de uma velha estória: atolado num pântano, com seu cavalo, e vendo que não contava com a ajuda de ninguém para salvá-lo, o Barão de Münchhausen agarrou seus próprios cabelos e, por meio deles, puxou-se para cima, saiu da lama, trazendo também seu cavalo, entre as pernas, tirando-o do atoleiro.

Rejeitando as ilusões dos positivistas, os Marxistas não conseguiram adotar e desenvolver, juntos, uma mesma concepção de ideologia. Esta obra reconstitui as alternativas desse conceito nas versões diferentes que lhe dão Marx e Lenin, bem como nos esforços que marcam as reflexões de Lukács, Gramsci, Marcuse, Adorno e Horkheimer, entre outros.

Profundamente familiarizado com o pensamento desses intelectuais, Michael Löwy promove um confronto das posições diversas que eles assumem em face dos fenômenos ideológicos. Reconhecendo a necessidade histórica de diversidade de pontos de vista, ele ressalva, contudo, que alguns são mais abrangentes do que outros e portanto são mais favoráveis à conquista de um conhecimento mais completo, mais verdadeiro. Do ângulo do proletariado, é possível enxergar mais longe do que do ângulo da burguesia. Mas - adverte sabiamente - o ponto de vista do proletariado não é o monopólio exclusivo de um único grupo ou corrente; ele depende de uma busca que explora as riquezas de diversos caminhos e representa, em cada momento histórico, o horizonte comum a um conjunto de forças políticas e intelectuais, sociais e culturais, que reivindicam a visão proletária e assumem o projeto revolucionário socialista.

O Positivismo em sua figuração ideal está fundamentado nas seguintes premissas básicas:

1- A sociedade é regida por leis naturais e invariáveis, ou seja, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural.

2- A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza, e ser estudada pelos mesmos métodos, démarches e processos empregados pelas ciências da natureza.

3- As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as pré-noções e preconceitos.

O autor insiste na questão classes, onde cada indivíduo está inserido num grupo no qual age manifestando-se e no qual se identifica.

O axioma da neutralidade valorativa das ciências sociais conduz, logicamente, o positivismo, a negar o condicionamento histórico-social do conhecimento. A própria questão da relação entre conhecimento científico e classes sociais geralmente não é colocada: é uma problemática que foge ao campo conceitual e teórico do positivismo, fazendo com que este seja contraditório à uma sociologia do conhecimento.

Os ideais naturais do positivismo têm sua origem no combate intelectual do Terceiro Estado contra a ordem feudal-absolutista. Já o positivismo moderno nasceu como um legítimo descendente da filosofia do Iluminismo. Condorcet, ao defender o positivismo, tinha como objetivo confesso o de emancipar o conhecimento social dos "interesses e paixões" das classes dominantes. Também Saint-Simon defendia a idéia de que "A própria política se tornará uma ciência positiva quando os que cultivam este importante ramo dos conhecimentos humanos aprenderem a fisiologia e quando eles não mais considerarem os problemas a resolver apenas como questões de higiene".

Augusto Comte é considerado o fundador do positivismo exatamente por ter inaugurado a transmutação da visão de mundo positivista em ideologia, ou seja, em sistema conceitual e axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida. Dizia ele: "O positivismo tende poderosamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação ..."

Durkheim, entretanto, é quem deve ser considerado o pai da sociologia positivista enquanto disciplina científica, já que em sua obra encontram-se diversos estudos sociais concretos, que não se podiam ver nas obras de seu antecessor e fundador do positivismo. Durkheim, assim com Comte, estava consciente do caráter profundamente contra-revolucionário de seu método positivista e de seu naturalismo sociológico.

Apesar de seu caráter extremamente fora da realidade, deve-se elogiar a busca do positivismo pela intenção de verdade, apesar da impraticidade e inveracidade dos argumentos dispostos por seus autores.

Já Max Weber não deveria ser enquadrado como um sociólogo positivista. Suas concepções são bastante distantes deste, e muitas vezes o contradizem. Porém, em relação a um ponto, sua teoria é coincidente à dos positivistas: o postulado da neutralidade axiológica das ciências sociais. Além disso, segue-se a esta premissa um imperativo categórico para os pesquisadores científicos: a separação total e rigorosa entre fatos e valores, constatações e julgamentos. Vale destacar, porém, que o próprio Weber em alguns momentos reconheceu que os valores interferem no conteúdo da pesquisa e em seus resultados, negando a sua própria concepção inicial.

Ele reconhece o caráter necessário, inevitável e cientificamente indispensável dos pressupostos ou pontos de vista preliminares: "Uma ciência não é somente um conjunto de

fatos.(..) Ela depende dos interesses do colecionador e de seus pontos de vista". Porém, mais tarde, ele acaba se revelando num aspecto essencial e decisivo, que é a recusa de distinguir as ciências sociais das ciências naturais (em relação à objetividade). Na verdade, a idéia de uma objetividade e autonomia do universo das obras culturais e do conhecimento em particular é de todo pertinente, mas ela não permite, contrariamente ao que pretende Popper, esvaziar a questão das condições de possibilidade do conhecimento objetivo da sociedade e das determinações sociais de sua produção.

É a corrente que dominou o pensamento alemão durante um século e meio e do qual proveio a sociologia do conhecimento. Suas idéias principais são:

1- Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser compreendido senão através de sua historicidade.

2- Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam.

3- Não somente o objeto da pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o sujeito, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista.

O historicismo moderno surgiu no fim do século XVIII- início do século XIX, sobretudo na Alemanha, como uma reação conservadora à filosofia do Iluminismo, à Revolução Francesa e à ocupação napoleônica. Sua base social é composta do conjunto das camadas vinculadas a um modo de vida pré-capitalista e visceralmente hostis à sociedade burguesa em gestação. Portanto, Historicismo e Conservadorismo aparecem como dois espelhos que se refletem, se confirmam e se reforçam reciprocamente.

Perto do final do século XIX, o historicismo alemão começa a mudar de caráter: o próprio ponto de vista conservador aparece como historicamente superado. Em nome da história, não se pode mais defender as leis feudais tradicionais, o direito local consuetudinário, as virtudes aristocráticas, já que a própria história os condenou a desaparecer. O historicismo tende, portanto, a se redefinir e a se transformar em um questionamento de todas as instituições sociais e formas de pensamento como historicamente relativas: ele deixa assim de ser conservador para se tornar relativista, tendo esta corrente como principais representantes Dilthey e Simmel.

Com a obra de Karl Mannheim, o historicismo relativista se desenvolve e se metamorfoseia mais uma vez: sua nova imagem é a de uma sociologia histórica do conhecimento (com tonalidades marxistas) à procura de um fundamento social para a solução eclética tradicional. Para Mannheim, a formação e evolução do conjunto dos grupos sociais estão fundamentadas nas relações de produção e dominação. Mais tarde, com o crescimento do relativismo, Mannheim disse que este deveria abrir o caminho a uma auto-consciência crítica científica, fundamento de uma nova objetividade, caindo assim no panorama da busca pela racionalidade.

O Marxismo foi a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a desmascarar as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo dos economistas e outros cientistas sociais.

Enquanto visão do mundo, o Marxismo é uma utopia revolucionária, no sentido de aspirar a um estado de coisas ainda inexistente. Porém, nos Estados pós capitalistas ele pode assumir um caráter ideológico (o Estalinismo, por exemplo)

Ideologia: As formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, as formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência deste conflito e o levam até o fim.

Segundo Marx, é a classe social que cria e forma as visões sociais de mundo. A visão social de mundo (ideológica ou utópica) com seus diversos componentes corresponde não somente aos interesses materiais de classe mas também à sua situação social.

Já os intelectuais são relativamente autônomos em relação à classe. Eles podem ser separados dela por um abismo social e cultural; sua situação pessoal não deve ser de todo necessariamente a mesma que aquela da classe que ele representa. O que os faz representantes dessa classe é a ideologia (utopia) que eles produzem.

O que define uma ideologia (ou utopia) não é esta ou aquela idéia isolada, tomada em si própria, este ou aquele conteúdo doutrinário, mas uma certa forma de pensar, uma certa problemática, um certo horizonte intelectual (limites da razão). De outro lado, a ideologia não é necessariamente uma mentira deliberada; ela pode comportar uma parte importante de ilusões e de auto-ilusões.

Para Marx, o caráter de classe de um escrito de economia política não é, em si, uma indicação suficiente de seu valor, ou de sua ausência de valor, científico. A obra de um economista pode ser fundamentada sobre certas pressuposições ideológicas burguesas e ter, contudo, uma grande importância científica.

Os clássicos (Smith, Ricardo), por exemplo, procuravam descobrir a conexão interna das relações de produção burguesa, podendo, em certa medida, perceber a realidade por detrás das aparências. Por outro lado, os clássicos reconhecem e exprimem as contradições da realidade; sua teoria se desenvolve no meio da dialética e isso lhes permite compreender, até um certo ponto, o processo real.

Os vulgares (Malthus, entre outros) ficaram ao nível da aparência, da superfície imediata das coisas, tese que corresponde evidentemente aos interesses das classes dominantes.

Além disso, os clássicos produziram a ciência por interesse científico, ainda que tivessem cometido erros; os vulgares procuraram acomodar a ciência aos interesses que lhe eram estranhos e exteriores, agindo de má-fé

A oposição entre ciência imparcial, desinteressada e ciência (ou pseudociência) submissa a interesses exteriores é também bastante próxima da concepção positivista da objetividade científica.

Não é senão por uma análise sócio histórica, em termos de classes sociais, que se pode compreender a evolução de uma ciência social, seus avanços ou recuos do ponto de vista científico. A história da ciência não pode ser separada da história em geral, da história da luta de classes em particular.

O Poder da ideologia positivista era tal no fim do Século XIX e início do século XX, que acabou por penetrar também, e muito profundamente, na doutrina do movimento operário socialista à época da Segunda Internacional. Apareceram neste período concepções que visavam fazer do Marxismo uma teoria puramente científica, que escaparia às determinações sociais e às ideologias. Destacam-se neste sentido as teorias de Bernstein, Enrico Ferri, Kautsky, entre outros. Neste período de comunhão de idéias adversas, somente as correntes de esquerda revolucionária (e em particular Rosa Luxemburgo) escapariam da influência positivista.

O termo Marxismo historicista designa uma corrente metodológica no seio do pensamento marxista que se distingue pela importância central atribuída à historicidade (dialeticamente concebida) dos fatos sociais e pela disposição em aplicar o materialismo histórico a si mesma. Reconhecendo explicitamente o laço epistemológico entre o Marxismo e o ponto de vista de uma classe social determinada, esta corrente pôde, ao contrário do Marxismo-positivismo, enfrentar o princípio da carruagem e dar ao materialismo histórico sua coerência de concepção global que não admite exceções e que não hesita em dar conta de suas próprias determinações histórico-sociais. Os principais representantes desta corrente foram Lukács, Korsch, Gramsci e Goldmann, destacando-se Lukács, com sua visão de que o conhecimento está diretamente ligado à postura de classe e de que o ponto de vista do proletariado é o mais objetivo e cientificamente elevado, por ser esta classe sujeito e objeto do conhecimento, e Gramsci, com sua conceituação e previsão de uma maior objetividade em uma futura sociedade sem classes.

A corrente historicista é sem dúvida a que produziu idéias mais férteis e profundas para uma solução dialética dos problemas sociais, porém ela em muitos momentos caiu em uma tentação reducionista, faltando uma articulação precisa e sem equívoco entre o condicionamento social do pensamento e a autonomia da prática científica.

A Escola de Frankfurt, com sua Teoria Crítica, foi uma das linhas de pensamento não atingidas pelo positivismo. Ela é particularmente radical na recusa da doutrina positivista de uma ciência social "sem pressuposições", "livre de julgamentos de valor" ou "axiologicamente neutra", que pretende se limitar à coleta e classificação de fatos puramente empíricos, como se a seleção dos fatos e sua reconstrução teórica não implicasse necessariamente certas pressuposições e uma certa orientação. A Teoria Crítica proclama aberta e orgulhosamente seu engajamento em defesa de certos valores, seu caráter partidário, sua adesão a certas pressuposições e valores, e pensa escapar assim aos dilemas do relativismo. Seus principais autores foram Horkheimer e Marcuse no curso dos anos 30 e Adorno no pós-guerra.

O stalinismo foi a formação na URSS de uma camada social burocrática, proveniente do proletariado e/ou do movimento operário russo, que se formou como uma categoria separada com interesses e práticas sociais distintas, liderada por Joseph Stalin. Tendia a uma instrumentalização radical da ciência, uma tendência à sua ideologização total e, portanto, à abolição de sua autonomia relativa.

Com o stalinismo surgiu ainda uma tentativa de ideologização das próprias ciências da natureza. Enquanto o positivismo queria "neutralizar" as ciências sociais e políticas, o stalinismo pretendia "politizar" as ciências da natureza; os dois tinham em comum a incompreensão da especificidade das ciências humanas e de sua distinção metodológica com relação às ciências naturais.